



Entre Cuidado e Exploração. Quando a Dívida Entra nas Relações de Família e Vizinhança num Bairro Periférico

MARIE KOLLING 

RESEARCH ARTICLE

 **STOCKHOLM**
UNIVERSITY PRESS

RESUMO

A expansão do acesso ao crédito para a população de baixa renda foi promovida como progresso nacional durante os anos de crescimento econômico no Brasil. Essa suposta “inclusão financeira” teve um custo alto. Baseado em trabalho de campo em Salvador, BA (entre 2012 e 2019), este artigo analisa como o endividamento está transformando as condições de pobreza urbana e as relações sociais. Nos bairros periféricos, as famílias se encontram presas em círculos viciosos de dívida, lutando com um ‘duplo fardo da dívida’: dívida na economia informal local, bem como na economia financeirizada. A etnografia mostra que, frequentemente, as dívidas não são liquidadas, e que para mulheres de um bairro periférico de Salvador, sonhos e dívidas se entrelaçam intimamente. Pois elas dependem do crédito para sustentar a família no dia a dia, para lidar com imprevistos, e para ‘construir uma vida’. Argumenta-se que nesse contexto de pobreza, a dívida fomenta interdependências que acentuam as relações desiguais e instáveis entre vizinhos e dentro das famílias, relações caracterizadas tanto pelo cuidado (Han 2012) quanto pela exploração (Stack 1975).

ABSTRACT

The proliferation of consumer credit during Brazil's boom years was embedded in visions of national progress for all – including the very poor. This so-called “financial inclusion” has come at a high cost. Based on fieldwork in Salvador, Bahia (between 2012–2019), this article provides insights into the ways debt has transformed the conditions of urban poverty and social relations. In poor neighborhoods, families get caught up in vicious debt circles as they now struggle with a ‘double burden of debt’: debt in the local informal economy as well as the financialized economy. The ethnography shows that debt is often left unsettled, and that among women in a peripheral neighbourhood of Salvador, dreams and debt become intimately intertwined, as they depend on credit to provide for the family on a daily basis, to deal with unexpected events, and to “build a life” (*construir uma vida*). It is argued that in this context of stark poverty, debt fosters interdependencies that accentuate unequal and unstable relationships among neighbours and within families, relationships that are characterized by both care (Han 2012) and exploitation (Stack 1975).

CORRESPONDING AUTHOR:

Marie Kolling

Danish Institute for
International Studies, DK
mako@diis.dk

PALAVRAS-CHAVE:

Dívida; Pobreza urbana;
Vulnerabilidade;
Financeirização

KEYWORDS:

Debt; Intimate relations;
Urban poverty; Vulnerability;
Financialization; Brazil

TO CITE THIS ARTICLE:

Kolling, M. 2022. Entre Cuidado e Exploração. Quando a Dívida Entra nas Relações de Família e Vizinhança num Bairro Periférico. *Iberoamericana – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 52(1): 95–105. DOI: <https://doi.org/10.16993/iberoamericana.560>

APRESENTAÇÃO

“Mãe! Não suja meu nome!” Clarissa,¹ a filha de Ana, gritou chateada com a mãe ao descobrir a razão pela qual ninguém em casa atendia mais ao telefone. Eu estava visitando Ana como parte do meu trabalho de campo num conjunto habitacional, localizado num bairro periférico de Salvador quando presenciei a cena. Sua filha, Clarissa, tentava ligar havia algum tempo, não sabendo que o telefone fixo não estava mais em serviço desde que Ana deixou de pagá-lo. Quando Ana instalou o telefone fixo e a TV a cabo, teve de assinar um contrato por um ano de serviço, mas rapidamente enfrentou problemas para pagar o plano mensal, priorizando, então, as contas de água e luz. O contrato estava no nome da filha, o que significava que Clarissa poderia ser registrada como inadimplente nas agências de proteção ao crédito.² Ou seja, o nome dela provavelmente já estava “sujo”. Ana tinha pedido a sua filha para usar o nome dela porque Ana já estava com o “nome sujo”, devido a dois cartões de crédito não pagos. Um deles foi usado por uma vizinha e amiga de longa data para comprar móveis, que nunca pagou as parcelas.

No conjunto habitacional, moradores e seus parentes estavam presos em círculos viciosos de endividamento, parte de uma crise mais ampla do desenvolvimento socioeconômico no Brasil. Nos últimos anos, pessoas de baixa renda do país adquiriram o que eu chamo de duplo ônus da dívida: além de fazerem uso de sistemas de crédito na economia informal; também ganharam acesso ao crédito no setor financeiro da economia formal (Kolling 2020). Comum a ambos os sistemas de crédito é a consequência de sujar o nome, caso os devedores não paguem a dívida, e ter o acesso ao crédito negado.

A expansão de acesso ao crédito financeirizado para a população de baixa renda foi promovida pelo governo e pelo setor financeiro como parte da “inclusão financeira” durante os anos de crescimento econômico no Brasil (2003–2013). O aumento de acesso ao crédito na sociedade criou aumentos acentuados no endividamento das famílias e inadimplência em todas as classes sociais (FMI 2013, Lavinhas 2017). A crise econômica no Brasil, que começou em 2014, continua impactando a população, sobretudo as famílias de baixa renda. A renda dos mais pobres caiu entre 2014 e 2021 e houve um grande aumento da pobreza e da extrema pobreza e do trabalho informal (Salata e Ribeiro 2022). O nível de insegurança alimentar e fome também aumentou e o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar de 2022 mostrou que mais de 33 milhões de pessoas enfrentam a fome em seu cotidiano (PENSSAN 2022). Ao mesmo tempo, o nível de endividamento nos lares brasileiros cresceu e atingiu um recorde de 80% de famílias em outubro 2022. Nesse aumento de endividamento, famílias com menor renda foram mais afetadas e a região Nordeste registrou o nível mais alto de inadimplência (CNC 2022; Banco Central do

Brasil 2021, 20). Este artigo retrata como o crédito se tornou inevitável para as famílias se manterem, e para “melhorar na vida”.

O artigo tem como objetivo analisar o impacto do endividamento na vida das pessoas, nas suas aspirações para o futuro e nas relações conjugais, interfamiliares e comunitárias. O artigo é baseado em trabalho de campo realizado em longo prazo na cidade de Salvador, entre os anos de 2012 e 2019. Como mostrou a cena na casa da Ana, as dívidas pendentes se infiltraram nas relações entre pais e seus filhos, entre vizinhas que se conhecem há muitos anos e, como o artigo também vai mostrar, entre casais. Esses três tipos de relação serão referidos juntos como relações próximas. A análise vai apontar como essas relações são caracterizadas pela interdependência, o que reforça a volatilidade das economias domésticas instáveis em que o cuidado (Han 2011; 2012) e também a exploração (Stack 1975) são características distintivas dessas relações.

Esta análise contribui para a crescente literatura etnográfica sobre o impacto da financeirização na vida social num contexto de expansão do acesso ao crédito no Brasil e na América Latina (Badue e Ribeiro 2018; Bartel 2021; Fotta 2018; Han 2012; Mattoso 2005; Marambio-Tapia 2022; Müller 2014; Schuster 2015; Wilkis 2018) e, por sua vez, a expansão do endividamento e da vulnerabilidade socioeconômica de quem vive nas periferias da cidade e às margens da economia formal.

As etnografias de Han (2011, 2012) do Chile e de Wilkis (2018) da Argentina retratam como o ato de utilizar vários tipos de crédito e se endividar pode fazer parte de um esforço cotidiano para manter e cuidar da família. Sem focar em dívidas, a etnografia de uma favela carioca realizada por Motta (2014) também mostra o uso do dinheiro em relação a cuidar da família e como isso envolve interdependência e relações assimétricas. Da mesma forma, as pesquisas de Müller (2017) e Badue e Ribeiro (2018) do Sul e Sudeste do Brasil mostram o sentimento de obrigação das mulheres de famílias de baixa renda para ajudarem parentes e correrem o risco de se endividar para cuidar dos outros. Este artigo explora tais interdependências que se dão à medida que mulheres enfrentam dificuldades decorrentes de dívidas pendentes, dentro do lar e entre lares. Examinam-se os modos como as mulheres se arriscaram ao contrair dívidas e sujar seu nome para poderem trabalhar, o que gerou insegurança a economias domésticas já economicamente vulneráveis, enquanto se esforçam para sustentar a família, melhorar as condições do lar e cobrir os custos de eventos inesperados. Enquanto em outras etnografias a dívida é retratada como um fardo compartilhado entre membros da família e casais (Han 2011, 2012; Wilkis 2018), e de uma responsabilidade solidária (Schuster 2015), para as mulheres na periferia de Salvador, lidar com as dívidas e suas muitas consequências sociais e econômicas era normalmente

um empenho individual. Isso tem recebido menos atenção na literatura etnográfica sobre endividamento, assim como o sentido de exploração que pode estar em jogo quando as dívidas entram nessas relações e deixam as mulheres se “sentindo abafadas” e humilhadas.

PROMESSAS DE POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO E DE “INCLUSÃO FINANCEIRA”

O conjunto habitacional onde Ana morava abrigava sessenta e cinco famílias que foram reassentadas de um outro bairro carente na região do Subúrbio Ferroviário como parte de um “projeto de urbanização de favelas” realizado pelo Estado da Bahia.³ O Subúrbio Ferroviário é a região de Salvador onde houve a primeira expansão de moradias precárias autoconstruídas na década de 1940 e, em seguida, os primeiros assentamentos informais (Frediani 2007). Mais de mil famílias foram deslocadas pelo projeto, e as primeiras famílias a receberem suas novas casas foram reassentadas neste conjunto habitacional em maio de 2012.

O projeto de habitação havia evocado algum otimismo sobre os “dias melhores” por vir, como o próprio nome do projeto dizia: *DIAS MELHORES – Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carente*. Mas, ao receberem as novas casas, as famílias logo descobriram que a habitação era “mal feita”, como moradoras reclamavam a min, pois foram construídas de forma mal-arranjada e com materiais de construção de baixa qualidade. Uma interlocutora, Elma, que se sentia frustrada e decepcionada com o reassentamento e a condição da nova casa, frequentemente me disse: “A CONDER fez tudo errado”. Os problemas do padrão urbanístico precário e da infraestrutura de baixa qualidade, e de não atender adequadamente às necessidades das famílias são críticas comuns a respeito dos conjuntos habitacionais no Brasil (Alcântara; Monteiro 2010; Frediani 2007; Koster; Nuijten 2012; Rolnik 2015).

As casas careciam de reparos substanciais, incluindo problemas de fiação e telhados com vazamentos, e no primeiro ano após a mudança das famílias, rachaduras apareceram nas paredes, nos pisos e nas escadas de concreto. As portas dianteiras e traseiras de alumínio fino se deformaram rapidamente e se tornaram difíceis de abrir. As portas do banheiro, feitas de madeira compensada, também se deformaram rapidamente com a umidade no banheiro, que causou problemas de mofo espalhando nas paredes e no teto do banheiro. Com as chuvas, a água se infiltrava nas finas paredes de tijolos ocos, o que enfraqueceu a construção e deixou enormes manchas de mofo. Com chuvas fortes, muitos moradores enfrentavam problemas com a água que entrava na casa pela porta da frente ou pela porta de trás do quintal.

Como a parte da frente das casas e os quintais viraram lama, a água que entrava era uma água barrenta. Além dessa inconveniência, a água demorava a recuar, o que elevou o risco de doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, como dengue, zika e chikungunya, que continua sendo um problema grave na cidade de Salvador (SESAB 2020). Os moradores estavam cientes desse problema. Ana reclamava: “água parada dá dengue!” – um dos slogans de campanhas públicas de combate à dengue.

Poucos dos problemas apresentados foram resolvidos pela CONDER, e os moradores tiveram que consertar e melhorar suas casas por conta própria. Começaram a investir seus recursos escassos na melhoria dos novos imóveis para atender, por um lado, às suas necessidades e, por outro lado, para torná-los adequados ao que eles esperavam de uma “casa própria” (Kolling 2019).

Na “invasão”, como se referiam ao antigo local de residência, “era um sofrimento”, disse a moradora Jéssica. A maioria morou em casas “mais humildes” em comparação ao conjunto e foi prejudicada por forte enchentes com frequência. No conjunto habitacional, os moradores se decepcionaram com a nova situação de moradia e, ao mesmo tempo, não pararam de sonhar, querendo “melhorar na vida”, como costumavam dizer, através da melhoria da casa (Holston 1991; Santos 2011; Taylor 2013). Como eu descobriria mais tarde, muitas dessas melhorias só foram possíveis através do acesso ao crédito.

A expansão do crédito para a população de baixa renda nos anos de progresso socioeconômico fez parte da política de “inclusão financeira” como ferramenta para a redução da pobreza (Banco Central do Brasil 2012; Barone e Sader 2008) e destinada a melhorar o acesso a serviços bancários, produtos financeiros e modalidades de crédito para pessoas de baixa renda, para as quais esse acesso era limitado (Nakane e Rocha 2012; Müller 2017). O lançamento e a ampliação do Bolsa Família, o programa social de transferência de renda, também facilitou a inclusão no sistema bancário e financeiração (Levinas 2017). O setor financeiro também promoveu a expansão de acesso ao crédito, inclusive a cartões de crédito, como meio de expandir a economia formal (Casacchi 2018).

Enquanto a “inclusão financeira” e a expansão de acesso ao crédito foram consideradas uma forma de financiar “sonhos de consumo” – como eletrodomésticos, celulares e TVs smart – ou reformas da casa que pessoas de baixa renda consideravam impossíveis de realizar de outra forma, hoje uma dívida é cada vez mais uma estratégia para o enfrentamento da crise econômica, sendo utilizada para atender às necessidades básicas. Os altos níveis de endividamento e inadimplência (CNC 2022) apontam que a prolongação da crise econômica no Brasil está produzindo uma crise de endividamento. Hoje, os cartões de crédito seguem como principal tipo de dívida, um tipo de crédito muito caro (Banco Central do

Brasil, 2018; CNC 2022), que tem sido bastante lucrativo para o setor financeiro tanto no Brasil como em outros países na América Latina (Bartel 2021; Martello 2020; Marambio-Tapia 2022; Wilkis 2018).

A rápida proliferação de cartões de crédito incluiu pessoas de baixa renda das periferias das grandes cidades do Nordeste. A maioria dos moradores do conjunto habitacional pesquisado pertence à classe social mais baixa, os “muito pobres”, a chamada classe E. Apesar de (sobre)viverem, em média, com quarenta por cento do salário-mínimo e sendo beneficiários do programa Bolsa Família na época, muitos residentes tinham cartões de crédito. Durante meu trabalho de campo em 2013, fiquei surpresa ao descobrir que Ana, por exemplo, tinha um total de três cartões de crédito. Ela não tinha uma conta bancária, carteira assinada ou renda comprovada, nem um endereço oficial, um celular ou telefone fixo. Como ganhava seu dinheiro na economia informal, não podia comprovar sua renda, mesmo que precária. Depois de um tempo, descobri que os cartões de crédito foram emitidos por lojas de varejo e supermercados que muitas vezes só exigem um CPF e um comprovante de identidade, o que significa que, no Brasil, obter crédito na economia formal hoje não se restringe mais àqueles com contas bancárias, boa pontuação de crédito ou comprovante de rendimento.

SOBRE A PESQUISA

A pesquisa foi iniciada em 2012 em parceria com a Universidade Federal da Bahia. Fiz trabalho de campo preliminar em Salvador, acompanhando programas de urbanização do governo da Bahia e da prefeitura, o que me levou ao Subúrbio Ferroviário. Os primeiros contatos com moradores foram facilitados através de movimentos sociais envolvidos no processo de urbanização. A partir daí, eu contei com a metodologia de “bola de neve” (Bernard 2006:193) para ampliar minhas redes sociais no campo e conhecer novos interlocutores. O trabalho de campo foi realizado pela autora durante 17 meses em 2013, 2015, 2017 e 2019.⁴

Desde as minhas primeiras visitas ao Subúrbio Ferroviário, muitas pessoas foram bem receptivas e logo recebi convites para visitas em casa, festa de aniversário, chá de fralda, cultos nos terreiros e nas igrejas evangélicas, e cerveja no quintal enquanto lavavam roupa à mão. Eu fui disposta a acompanhar mulheres procurando assistência social, atendimento médico, ou indo ao banco. Por um lado, houve sempre uma desconfiança a ser superada, relacionada ao fato de eu ser pesquisadora e estrangeira, branca de classe mais alta que as famílias em situações de pobreza e baixa escolaridade, e a grande maioria se autoidentificando como negra. Por outro lado, considero que foi exatamente por ser de fora e, portanto, estar fora das hierarquias e intrigas entre vizinhos e famílias, de disputas relacionados

ao uso e tráfico de drogas, e não participar da “fococa sufocante”, que as pessoas aceitaram minha presença ou me acolheram, e aproveitaram a ajuda e empatia que eu ofereci. Antes de começar as entrevistas, as pessoas receberam informação sobre os objetivos da pesquisa e a proteção dos dados de forma confidencial para obter consentimento informado antes de incluí-los na pesquisa (Hardon et al. 2001, 282; Fluehr-Lobban 2003.).

CRÉDITO E RENDIMENTO PRECÁRIO

Ana vendia frutas e vegetais como principal fonte de renda, que era pequena e muito irregular. Ela levantava-se por volta das quatro da manhã para chegar cedo na feira da CEASA e conseguir os “bons negócios”. As boas ofertas a que Ana se referia pareciam ser preços baixos para produtos de baixa qualidade. A maioria das frutas e legumes que ela vendia era muito madura, deixando um cheiro doce em sua sala, onde os produtos eram armazenados. Ela vendia as mercadorias na frente de sua casa, expondo-as em uma lona estragada. No dia seguinte, ela levaria o que sobrou das vendas em um carrinho de mão enferrujado para a área de onde ela e as outras famílias foram removidas, cerca de 3,5 km de distância, onde ainda tinha muitos clientes regulares. Ana vendia seus produtos a um preço mais baixo do que nos supermercados locais. Mesmo assim, a maioria de seus clientes preferia comprar fiado. Ela então passaria o resto da semana tentando cobrar as dívidas, aparecendo nas portas das casas das pessoas e muitas vezes achando que eles estavam sem dinheiro, e vontade, para pagá-la.

A relutância dos clientes de Ana em liquidar as dívidas era um fenômeno comum. As pessoas estavam sempre sem dinheiro e quando aparecia algum dinheiro, havia muitos credores à espera de sua parte. Muitos, como Ana, dependiam dos outros para pagar suas próprias dívidas, bem como cobrir despesas domésticas. Isso criou interdependências instáveis entre as pessoas na comunidade, uma dinâmica também observada entre as famílias de baixa renda num estudo feito em São Paulo (Badue e Ribeiro 2018).

Para Ana, era preciso ter dinheiro para ganhar dinheiro. Sem ele, ela não poderia voltar ao mercado. Ela pagou a passagem de ônibus em dinheiro, bem como as frutas e legumes, assim como o motorista da minivan que transportou as mercadorias para sua casa. Poderia levar semanas até que ela conseguisse retornar ao mercado. Nesse meio tempo, ela sobreviveria com o que tinha e não era incomum para Ana pular uma refeição. Quando faltava comida, ela tentaria comprar fiado de outros fornecedores no conjunto habitacional, e ocasionalmente ela usava seu terceiro cartão de crédito no supermercado. Era comum entre os moradores da comunidade descobrir que os cartões estavam sem crédito ao tentarem fazer compras no supermercado. Nesse caso, além de terem

que deixar os itens para trás, “dava vergonha” passar por tal constrangimento, como dizia Ana.

A disposição de Ana para vender fiado tornou seus produtos atraentes para os clientes, mas complicou os seus negócios, bem como sua própria capacidade de obter renda, dada a interconexão entre seus negócios e sua economia doméstica. Segundo a perspectiva de Millar (2014) sobre a relação entre trabalho precário e vida precária entre os catadores de lixo no Rio de Janeiro, o trabalho instável desestabiliza também a vida cotidiana dessas pessoas – o mesmo acontecia com Ana. A preferência dos clientes por comprar fiado tornou o trabalho e o dia-dia de Ana ainda mais imprevisíveis.

Outra moradora no conjunto, Rafaela, também precisava de dinheiro na mão para comprar a mercadoria que ela vendia, como sombrinhas nos dias de chuva e flores artesanais no Dia dos Pais. Ela disse “o fiado é ruim, porque [o dinheiro] fica preso e eu não posso pegar mercadoria, como eu tenho dinheiro preso”. Uma vizinha comprou uma roupa do brechó de Rafaela por 5 BRL, mas comprou fiado e, na hora da nossa conversa, Rafaela sabia que a vizinha tinha recebido o Bolsa Família uns dias atrás e, ainda assim, não passou na casa de Rafaela para pagar sua dívida. Rafaela ofereceu uma explicação de por que ela vendia fiado, apesar dos problemas que isso lhe causava, considerando o dinheiro ainda não pago como “um dinheiro na rua”, “guardado”:

“Tem pessoas que paga na hora, mas tem pessoas que não tem nem condição de pagar na hora. Aí, pra não ficar sem vender e não ficar parada, é um dinheiro guardado. É melhor ter um dinheiro guardado que não ter nenhum.”

Oferecer crédito, comprar a crédito e deixar pendente o pagamento faziam parte do mecanismo de sobrevivência das mulheres. Na monografia de Scheper-Hughes (1992), ela relata os julgamentos de mulheres vivendo em circunstâncias de extrema pobreza no Nordeste na década de 1980, sobre quem é digno de receber cuidado em termos morais e práticos. Como explorarei em breve, podemos observar, nas relações que envolvem as práticas relativas ao crédito na vida cotidiana no bairro periférico de Salvador, essas dinâmicas do cuidado sendo oferecido ou negado pelo atos de ajuda.

O PROBLEMA DO NOME SUJO

Moradores precisando fazer compras a crédito e sem cartão de crédito, ou com cartão que excedeu o limite, iam procurar pessoas com nome limpo para pedir que emprestassem seu cartão. Essa prática de emprestar o nome é comum no Brasil, especialmente entre classes sociais mais baixas (Mattoso 2005; Plano CDE e BF Associates 2012). Uma moradora do conjunto

habitacional, Paula, foi uma das poucas mulheres que eu conheci que tinha emprego em período integral. Ela ganhava um pouco mais de um salário mínimo, apesar de se tratar de um emprego informal na casa de uma família num bairro nobre da cidade. No entanto, seu salário não era suficiente para cobrir as despesas e as várias dívidas que ela tinha que pagar todos os meses. Era mãe de três filhos adultos que não moravam com ela, e avó, e a parceira dela não trabalhava há muitos anos e recentemente adoecera. A doença exigia que ela tomasse remédios que pesavam nas despesas da casa. Numa entrevista com Paula, ela me explicou:

“Olha, você acredita, eu fui fazer a faxina, já peguei o dinheiro e já paguei uma pessoa. Porque o dinheiro do mês eu já tô achando que não vai dar pra pagar todo mundo que eu devo. Entendeu? Aí eu fico assim na correria, faço uma faxina aqui, faço uma faxina lá. Quando me chama eu aproveito e vou. Porque se a gente viver só do trabalho não dá, porque o custo de vida hoje tá muito caro, muito caro. Se você vai no mercado, 100 reais já não dá mais nada. Entendeu? Então, é muito difícil. E o que mais fica difícil é porque também eu tinha um cartão pra essas coisas, mas fiquei endividada. Comprou fiado, fez empréstimo no meu nome [...]. Entendeu? Meu nome tá sujo, tá no SPC.”

A primeira vez que Paula solicitou um cartão de crédito foi numa loja de varejo no centro da cidade. Ela conseguiu o cartão no mesmo dia e comprou umas roupas para o novo neto da sua parceira. Era imensa a felicidade de ter conseguido o próprio cartão e não precisar mais emprestar “o cartão dos outros, é ruim”, ela me disse. Porém, a empolgação que ela sentiu ao receber o cartão na mão durou pouco.

“Meu erro foi de espalhar pra todo mundo a minha felicidade. Logo, parentes e vizinhas chegaram na minha porta e pediram pra comprar coisas no meu cartão. Compraram muita roupa e nunca me devolveram”.

Depois de um tempo, Paula conseguiu um novo cartão e chegou a ter cinco cartões de crédito por um período, todos emitidos por supermercados e lojas de varejo.

Obter crédito em nome de outra pessoa significa que o credor confia que a outra pessoa irá quitar as dívidas. A prática de empréstimos de nome implica, portanto, um risco de tornar-se um devedor e perder o acesso ao crédito se o dinheiro não for devolvido a tempo ou não for reembolsado de todo, o que frequentemente acontecia entre os moradores e parentes do conjunto habitacional.⁵ Como demonstrado nas linhas anteriores, os moradores foram apanhados em ciclos de dívidas, buscando pessoas

com nome limpo na comunidade e tentando limpar os seus próprios. Um nome “limpo”, como é chamado, poderia facilmente tornar-se “sujo”. Quando um nome é sujo, torna-se inútil tanto para a pessoa que o possui quanto para potenciais tomadores desse nome.

Holston (1991) descreveu pessoas da classe trabalhadora nas periferias de São Paulo nos fins dos anos 1980 cujas melhorias em suas casas se deram da mesma forma que a descrita pelos moradores no conjunto habitacional em questão, dependendo do crédito, e para quem o progresso pessoal era medido através da estética das suas casas (Kolling 2019). De acordo com Holston, lá os trabalhadores fizeram questão de pagar a sua dívida, porque sem crédito eles não poderiam ser “consumidores modernos” (1991:456). No entanto, três décadas depois, o mercado de crédito mudou e o medo do nome sujo não leva mais, necessariamente, ao pagamento das dívidas, porque a dívida e o CPF negativado foram “normalizados” (Marambio-Tapia 2022) e se tornaram um modo precário de se sustentar e viver.

PROGRESSO ATRAVÉS DE ENDIVIDAMENTO

Para Ana e muitos outros moradores no Subúrbio Ferroviário, a dívida acumulada era uma condição inevitável em face às despesas e aos precários investimentos em seus negócios, assim como pela busca de uma sensação de progresso pessoal, que ela associou à melhoria da casa. No conjunto, as pessoas davam muito valor ao fato de poderem mostrar sua capacidade de “melhorar de vida” ou “progredir”, como eles falavam, apesar de passarem por muitas dificuldades e serem pessoas “humildes”, como eles mesmos se denominavam. Os moradores estavam dispostos a se endividarem, ou a outros, para alcançar essa sensação de “progresso” individual.

Havia um forte desejo não só de melhorar a casa, mas também de melhorar o que havia no interior dela, substituir a velha geladeira enferrujada ou o sofá desgastado pelo tempo de uso e pelas inundações na invasão, que aconteceram por décadas e tinham deixado um cheiro da água suja dos esgotos do rio. Tais itens foram predominantemente comprados a crédito. “As pessoas querem ter o que não tinham antes”, disse-me uma moradora numa conversa, durante trabalho de campo em 2013, sobre as melhorias de casa que os moradores no conjunto estavam realizando, inclusive ela. Certos objetos carregavam o que eu chamo de uma “estética do progresso” (Kolling 2021), por serem objetos ou bens que não eram comuns nas antigas casas, ou barracos, na invasão como uma nova geladeira moderna, pisos de cerâmica ou grades nas janelas e nas portas. Ao investir em bens com uma estética de progresso, os moradores

demonstravam para si mesmos e para os vizinhos e parentes que estavam melhorando de vida.

As casas dos moradores que não haviam conseguido expandi-las ou reformá-las tinham uma aparência inacabada e decadente. Eles não querem “melhorar de vida”, era o que dizia a moradora Jéssica, que prosseguia afirmando que: “Há pessoas no conjunto que querem viver a mesma vida de quando viviam na invasão”. Tais comentários e o uso de objetos com uma estética de progresso eram evidência da moralidade, respeitabilidade e perseverança entre as pessoas. Portanto, aqueles que não investem na melhoria da casa são considerados moralmente suspeitos (Taylor 2013, 35–36). Dessa maneira, hierarquias sociais também foram afirmadas dentro do conjunto (Kolling 2019).

CRÉDITO COMO CUIDADO?

Quando as pessoas compravam fiado ou pegavam emprestado o nome uma da outra, não era necessariamente sua intenção não pagar. Tanto o credor quanto o devedor esperavam que a dívida fosse liquidada. Conforme discutido por Dalsgaard (2017) sobre temporalidade e dívidas entre vizinhos e amigos no Nordeste do Brasil, a vida das pessoas é incerta, tornando incerto também o futuro reembolso do dinheiro emprestado. Lidando com essa incerteza, elas esperam o melhor e muitas vezes ficam decepcionadas com vizinhos e amigos. Em Salvador, isso também se aplicava à relação entre parentes e parceiros depois de uma das partes sofrer as consequências da dívida sozinha. Por que interlocutoras como a Ana Permitiu que seus clientes comprassem fiado e emprestavam seu nome com o risco de ficar comprometidas com as dívidas dos outros e com o nome sujo? Quando perguntei a Ana, ela não respondeu, mas uma vez começou a chorar.

Han (2011; 2012) retrata a vida em um bairro carente em Santiago, Chile, e famílias que lutam contra a vulnerabilidade econômica e da saúde mental, mostrando que os membros da família compram a crédito e se endividam em um esforço para manter e cuidar da família. A etnografia de Han é útil em esclarecer as práticas de crédito observadas em Salvador. No Chile, a proliferação do crédito ao consumidor até os anos 2000 é semelhante à do Brasil. Sua etnografia mostra que quando membros da família compram a crédito nas lojas usando cartões de crédito e outras opções de empréstimo e ficam endividados, às vezes trata-se de atos de cuidado numa tentativa de manter a família. Essa é uma visão valiosa para se entender por que famílias em situação de pobreza às vezes são apanhadas em armadilhas de dívidas, que podem ser marginalizantes e estigmatizantes, mas permanecem dispostas a se colocarem nessa situação difícil de cuidar dos outros.

Com base nessa perspectiva, torna-se possível perceber a oferta de crédito a um parente ou vizinho e o risco de se tornar endividado como um ato de cuidado. Por exemplo, quando a filha de Ana emprestou seu nome para que a mãe assinasse uma linha de telefone fixo, era um ato de cuidado com a mãe. E quando Ana concordou em pagar pela nova peça de mobília da vizinha com o seu cartão de crédito, pode também ser entendido da mesma forma. Mas por que, então, Ana usou o nome de sua filha sabendo do risco de não conseguir pagar as contas? Ou por que o marido de Ana não ajudava a pagar as contas enquanto ela lutava para isso?

O que o marido de Ana ganhasse com seus trabalhos ocasionais permanecia em seu poder. As despesas e dívidas domésticas não eram um fardo compartilhado entre eles, algo comum entre outros casais na comunidade. Enquanto isso, Ana estava lutando para sustentar a família, pagar as contas e tentar melhorar a casa e o seu status na comunidade. Sua casa estava entre as “menos transformadas” do conjunto habitacional e ela estava frustrada pela impossibilidade de usar seus cartões de crédito para investir nos negócios e na casa. Ela tinha planos e sonhos para melhorá-la e queria também melhorar os negócios com empréstimo de microempreendedor individual, o que exigia que ela “limpasse” o nome. Chegou um momento em que Ana, com muita luta, conseguiu pagar a dívida de um dos cartões e, com muita felicidade, recebeu um novo. Ela usou o cartão para comprar pisos para a casa. Depois de um tempo, sem condições de pagar essa dívida, pois as vendas de frutas e verduras dava cada vez menos lucro, ela desistiu de tentar pagar e descartou o cartão, dizendo que o cartão “não presta mais”. O assassinato do filho dela deixou-a de coração partido e com dívida ainda mais insuperável pelas quantias emprestadas para as despesas do velório.

Enquanto o empréstimo do nome e do crédito representam expressões de cuidado, a carga de uma dívida subsequente pode dificultar e distorcer as relações de familiares e vizinhos e mudar as relações de poder entre o credor e o devedor, entre um marido e uma esposa com pouco dinheiro para manter a casa e seu sustento, e entre o vendedor e o cliente. Nesse cenário, os clientes de Ana provavelmente sabiam que era melhor para ela ter clientes que fossem maus pagadores do que nenhum cliente, o que a deixou no fim da lista deles de credores a serem pagos e, assim, numa posição vulnerável tanto em relação ao trabalho quanto na sua relação conjugal.

Stack faz uma observação, numa etnografia perspicaz do início dos anos 1970, que pode ajudar a esclarecer essas perguntas levantadas acima. Essa etnografia foi a primeira a descrever americanos negros de baixa renda e suas redes sociais. Stack observou o seguinte: “Amigos exploram um ao outro no jogo de troca e esperam ser explorados em troca [...] Indivíduos correm o risco de confiar nos outros porque querem mudar suas vidas “(1975, 39). No conjunto habitacional, todo mundo teve

dificuldades para pagar as contas e cobrir as despesas, e todos buscaram vários tipos de crédito necessário para se sustentar e para “mudar sua vida” ou “melhorar de vida”. As pessoas não tinham a intenção de não pagar as dívidas, pois estavam cientes das terríveis consequências para a outra pessoa que carregaria o peso da dívida em seu nome. Levando em consideração o que Stack observou no estudo dela, existe um elemento de exploração incorporado em pedir crédito e nome limpo.

Esse sentimento de exploração foi expresso por Paula em uma entrevista em que ela compartilhou muitas dessas incidências de ficar sobrecarregada por dívidas causadas pelas outras pessoas, inclusive sua parceira de mais de vinte anos. Paula disse:

“Eu tô me sentindo abafada, cheia, tem hora que você chega no seu limite e eu já tô no meu. Porque é muito cansativo você tentar ajudar as pessoas e as pessoas só querer te explorar, só querer tirar de você. É horrível isso aí, horrível mesmo.”

Essas dinâmicas entre cuidado e exploração apontam para terrenos ambivalentes do cuidado em circunstâncias de pobreza e precariedade econômica, criando entrelaçamentos de vulnerabilidade e poder.

DÍVIDA NAS RELAÇÕES CONJUGAIS

Lúcia era mais uma das moradoras que se viu presa em várias armadilhas de dívidas, o que havia se tornado um marcador no relacionamento com o marido. Lúcia era mãe de três filhos e vivia um relacionamento instável com o marido, que era o pai das crianças mais novas do casal. Como seus vizinhos, ela tinha muitos sonhos para a nova casa no conjunto, mas esses sonhos estavam sendo difíceis de realizar, pois ela estava desempregada e recebia uma pequena renda mensal do programa Bolsa Família. Além do dinheiro do Bolsa Família, recebia 70,00 reais por mês do marido para administrar a casa o que não foi suficiente. Quando teve dinheiro para comprar os ingredientes, ganhou um pouco vendendo picolé e cachorro quente para os vizinhos pela janela da sala de sua casa.

“Ele faz uma renda decente”, disse-me ela, mas ele não estava gastando muito de sua renda para sustentar a ela e aos filhos e não investia na casa deles também. Ela não podia pedir muito e, às vezes, se pedisse, batia nela. Quando perguntei sobre sua relutância em gastar o dinheiro dele com a família e a casa, Lúcia respondia:

“Isso é porque ele não gosta de mim, porque ele não me quer, porque ele não quer construir realmente uma vida, direito. Então eu me conformo com o que eu tenho. Olha, dá desgosto, mas eu não trabalho. Sete anos vivendo com ele e a vida é essa aqui!”.

Numa tentativa de financiar as melhorias da casa que ela tanto sonhava, ela por vezes assinava fiado uma rifa de vendedores da comunidade. Depois que ela foi batizada numa igreja evangélica, ela parou com a rifa, pois justificava dizendo que “jogo não é de Deus”. Uma das coisas com as quais ela sonhava era colocar piso de cerâmica na sala e cobrir o chão de concreto bruto e rachado. Ela também queria uma porta nova, já que a porta original estava quebrada. A porta não fechava mais, era necessário empurrar o sofá na frente da porta à noite e usar apenas a porta traseira durante o dia. Um dia o marido se ofereceu para pagar as parcelas, caso Lúcia fosse na loja comprar o piso. “Meu marido mandou, entendeu? ‘Ah, tire, que eu pago!’, ele falou”. Então ela abriu o crediário e comprou. No entanto, seu marido nunca pagou as prestações. Segundo Lúcia, não era porque ele não tinha dinheiro, pois ele trabalhava bastante na época. Ele não gostou do padrão do piso que ela escolheu e deixou o pagamento para ela, sabendo que ela não tinha condições de pagar. Com os juros acumulados, os pisos chegaram a custar quase três vezes o preço original. “Meu piso é de ouro!” comentava Lúcia, dando um riso sarcástico, lidando com o estresse severo do valor cada vez mais alto, que ela sabia que não poderia pagar, e que a deixou numa situação ainda mais vulnerável.

Para Lúcia, seu “piso de ouro” era um objeto ambivalente. Por um lado, o novo piso tinha uma estética do progresso, o que era uma fonte de orgulho, mas também estava sendo uma fonte de ruína econômica.

“O meu nome tá lá, pendurado. Não posso comprar em mais lugar nenhum, não posso comprar mais nada. Mas se eu arranjar um trabalho, eu faço acordo aí, entendeu? Eu vou lá e pago. E o meu nome fica limpo de novo.”

Com o nome sujo, Lúcia não tinha como comprar no crédito ou parcelado, a menos que pegasse emprestado o nome de outra pessoa que ainda tivesse o nome limpo. Lúcia já havia feito uso dessa prática para comprar uma peça de mobiliário para a nova sala. Como ela não pagou a dívida, quando a televisão quebrou, pediu ao mesmo vizinho que emprestasse seu nome novamente para comprar uma nova, mas o pedido de Lúcia foi recusado – por ele e todos os outros a quem ela pediu. Lúcia foi listada com nome sujo nas agências de crédito e também na comunidade. Chegou um tempo que duas das moradoras no conjunto vendendo alimentos básicos se recusaram a vender fiado a Lúcia também: “Não me vendia.”

Quando Lúcia se separou do marido, que foi abusivo durante muitos anos, ficou ainda mais importante procurar um cartão de crédito para os momentos em que faltavam coisas em casa e dinheiro. Em 2019, disse-me que com um cartão dava para fazer compras nos grandes supermercados perto do centro, onde a comida era mais

barata, em vez de comprar fiado com os vendedores do conjunto ou mesmo com os vendedores ambulantes que vinham ao conjunto vendendo cesta básica.

Assim, de vez em quando, o crédito como cuidado tinha seus limites. Ninguém também estava disposto a emprestar os cartões de crédito para a vizinha que tinha usado o cartão da Ana e nunca pagou. Ana, que era acostumada a “pagar mais tarde” aos vendedores do conjunto, um dia ficou surpresa quando a vendedora da porta ao lado se recusou a deixá-la comprar fiado. A vizinha estava farta da conta não paga que Ana vinha empurrando havia anos e se recusou a entregar a cerveja e o tabaco a Ana sem receber o dinheiro na mão. Ana ficou chateada com a rejeição repentina de crédito que não só parou o fluxo de cerveja gelada nessa tarde bem quente, mas também sinalizou uma mudança em suas relações. O cuidado através do crédito para Ana tinha atingido o seu limite.

CONCLUSÕES

O empréstimo de nomes implica o risco de mudar o status de credor para devedor se o dinheiro não for pago no prazo ou não for pago de forma alguma, e isso acontecia com frequência. Ao passar a dívida para vizinhos e parentes e não quitarem suas dívidas com eles, elas impediam a capacidade das outras pessoas progredirem, além de gerarem relações de dependência e danos econômicos e emocionais. Impor dívidas aos outros, e entre casais, como o marido de Lúcia fez com ela, era uma maneira prejudicial de reforçar a dependência e a humilhação nos relacionamentos. Neste artigo, analisei como a dívida cria interdependências na comunidade, que geram relações desiguais e instáveis caracterizadas tanto pelo cuidado quanto pela exploração. Mostrei como o novo acesso ao crédito na economia formal traz novas oportunidades, mas também aumenta as apostas. Permite às pessoas terem “sonhos de consumo” maiores, mas para a maioria das pessoas na periferia da cidade e da economia formal, sonhos e dívidas são dois lados da mesma moeda, e o duplo ônus da dívida aumenta a instabilidade financeira e a vulnerabilidade social. Para elas, a busca de sonhos e nomes limpos acontece por meio da dívida que, por sua vez, entra nas relações de família, de casal e entre vizinhos, afetando as dinâmicas de poder. Por fim, ela impregna essas relações de esperança e as dilui em decepções.

Dívidas em si não são algo novo para pessoas de baixa renda nas periferias das cidades do Nordeste. Porém, a expansão do acesso ao crédito na economia financeirizada e a necessidade de crédito no cotidiano tem ampliado a dívida das famílias e gerado um duplo ônus da dívida, em que as pessoas fazem malabarismos tanto na economia informal quanto na formal. Mulheres passam a depender de vários tipos de crédito para sustentar a família no dia a dia, para lidar com eventos

inesperados e “construir uma vida” – o que exige investir seus poucos recursos em melhorias da casa atribuídas a uma estética do progresso.

A prolongação da crise econômica no Brasil está produzindo uma crise de endividamento. Esse desenvolvimento aprofunda a disparidade entre a rentabilidade do crédito para o setor financeiro e o crédito como fonte de precarização para famílias de baixa renda, um desenvolvimento que não é apenas reservado ao Brasil, mas pode ser observado em vários países da América Latina (Bartel 2021; Han 2011, Marambio-tapia 2022; Wilkis 2018).

NOTAS

- 1 Os nomes são pseudônimos para proteger as identidades dos interlocutores.
- 2 Agências como Serasa Experian e SCPC Boa Vista têm registros de dívidas vencidas e operaram o Cadastro Positivo que registra o histórico de crédito das pessoas.
- 3 O projeto de urbanização foi liderado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) foi o órgão responsável pela implementação.
- 4 Em 2019, colaborei com uma assistente de pesquisa que participou de algumas entrevistas e visitas domiciliares e pesquisou a indústria de crédito através de documentos online, notícias, artigos e ligações telefônicas e visitas a provedores de crédito. Ela transcreveu todas as entrevistas gravadas.
- 5 Depois de cinco anos em que uma dívida não é paga, perde-se o prazo para cobrança judicial. O nome sujo volta a ficar limpo, mas a dívida continua acumulando juros.

RECONHECIMENTO

Sou grata às mulheres que participaram da minha pesquisa e a suas famílias por me convidarem a entrar em suas casas e fazer parte de suas vidas ao longo desses anos. Agradeço aos editores do jornal e seus pareceristas anônimos pelos comentários valiosos no manuscrito. Agradeço a Thaise Sá Santos pela assistência durante o trabalho de campo em 2019 e por sua assistência linguística na versão inicial deste artigo, e a Ludimila Hashimoto por sua assistência linguística nesta versão final. O trabalho de campo em 2019 foi realizado com apoio financeiro do Independent Research Fund Denmark (acordo de subsídio 8018-00065B).

COMPETING INTERESTS

The author has no competing interests to declare.

AUTHOR AFFILIATION

Marie Kolling  orcid.org/0000-0002-7696-1022
Danish Institute for International Studies, DK

REFERÊNCIAS

- Alcântara, E e Monteiro, C.** 2010. Em Que a Vida Na Favela É Melhor Do Que Em Um Conjunto de Apartamentos? O Caso de Abençoada Por Deus, Recife. *ANPPAS*, 13. V Encontro Nacional da Anppas, 4 a 7 de outubro de 2010, Florianópolis – SC.
- Badue, AF e Ribeiro, F.** 2018. Gendered Redistribution and Family Debt: The Ambiguities of a Cash Transfer Program in Brazil. *Economic Anthropology*, 5(2): 261–73. DOI: <https://doi.org/10.1002/sea2.12122>
- Banco Central Do Brazil.** 2012. *National Partnership for Financial Inclusion. Action Plan to Strengthen the Institutional Environment*. Brasília, DF.
- Banco Central Do Brazil.** 2018. *Report on Financial Citizenship 2018*. Brasília, DF.
- Banco Central Do Brazil.** 2021. *Relatório de Economia Bancária*. Brasília, DF.
- Barone, FM e Sader, E.** 2008. Acesso Ao Crédito No Brasil: Evolução e Perspectivas. *Revista de Administração Pública*, 42(6): 1249–67. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000600012>
- Bartel, R.** 2021. *Card-carrying Christians. Debt and the Making of Free Market Spirituality in Colombia*. Oakland, CA: University of California Press. DOI: <https://doi.org/10.1525/9780520977068>
- Bernard, R.** 2006. *Research Methods in Anthropology: Qualitative and Quantitative Approaches* (4th edition). AltaMira Press.
- Casacchi, M.** 2018. Campeão de Vendas. Em *Panorama ABECS – 16ª edição*. Outubro de 2018. Disponível em: <https://panoramaabecs.com.br/revista-panorama-16a-edicao/>. Acessado em 01 de maio, 2019.
- CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.** 2022. *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)*. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/noticias/endividamento-atinge-novo-recorde-em-setembro-mas-perde-folego/443882>. Acessado em: 23 de outubro de 2022.
- Dalsgaard, AL.** 2017. Time Will Tell. Temporalities of Debt in an Urban Neighbourhood in Northeast Brazil. *Ethnos*, 82(3): 458–474. DOI: <https://doi.org/10.1080/00141844.2015.1084019>
- Fluehr-Lobban, C.** 2003. *Ethics and the Profession of Anthropology: Dialogue for Ethically Conscious Practice* (2nd edition). Altamira Press.
- Fotta, M.** 2018. *From Itinerant Trade to Moneylending. In: Era of Financial Inclusion. Households, Debts and Masculinity among Calon Gypsies of Northeast Brazil*. Palgrave Macmillan. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-96409-6>
- Frediani, AA.** 2007. Amartya Sen, the World Bank, and the Redress of Urban Poverty: A Brazilian Case Study. *Journal of Human Development*, 8(1): 133–52. DOI: <https://doi.org/10.1080/14649880601101473>

- Han, C.** 2011. Symptoms Of Another Life: Time, Possibility, and Domestic Relations In Chile's Credit Economy. *Cultural Anthropology*, 26: 7–32. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1548-1360.2010.01078.x>
- Han, C.** 2012. *Life in Debt. Times of Care and Violence in Neoliberal Chile*. Berkeley and Los Angeles, CA: University of California Press.
- Hardon, A.** et al. 2001. *Health Systems in Applied Health Research Manual – Anthropology of Health and Health Care*. Amsterdam: Het Spinhuis.
- Holston, J.** 1991. Autoconstruction in Working-Class Brazil. *Cultural Anthropology*, 6(4): 447–65. DOI: <https://doi.org/10.1525/can.1991.6.4.02a00020>
- FMI – Fundo Monetário Internacional.** 2013. *Brazil: Technical Note on Consumer Credit Growth and Household Financial Stress; IMF Country Report 13/149*; December 2012. Washington, DC. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2013/cr13149.pdf>. Acessado em 20 de outubro, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5089/9781484376805.002>
- Kolling, M.** 2019. Becoming Favela: Forced Resettlement and Reverse Transitions of Urban Space in Brazil. *City & Society*, 31(3): 413–435. DOI: <https://doi.org/10.1111/ciso.12237>
- Kolling, M.** 2020. Debt and Dirty Names. Tracing Cashlessness and urban Marginality in Brazil. Em Sen, A., Lindquist, J. & Kolling, M. (eds.), *Who's Cashing In?: Contemporary Perspectives on New Monies and Global Cashlessness*, 19–31. Berghahn Books. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctv21ptz5f.7>
- Kolling, M.** 2021. Estética del progreso en la periferia brasileña y respuestas al reasentamiento forzado y el desarrollo urbano. Em Edjesgaard Jeppesen, A. M. Palomares Rodríguez, E. G., Wink, G. (eds.), *Pensamiento social danés sobre América Latina*. Buenos Aires: CLACSO. https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?orden=&id_libro=2422&pageNum_rs_libros=0&totalRows_rs_libros=1590
- Koster, M e Nuijten, M.** 2012. From Preamble to Post-project Frustrations: The Shaping of a Slum Upgrading Project in Recife, Brazil. *Antipode*, 44(1): 175–196. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.2011.00894.x>
- Lavinas, L.** 2017. *The Takeover of Social Policy by Financialization*. New York: Palgrave Macmillan.
- Marambio-Tapia, A.** 2022. “Normalización de la Deuda y Retailización del Crédito como Pilares del Neoliberalismo Chileno Avanzado.” *Iberoamericana – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 51(1): 14–25. DOI: <https://doi.org/10.16993/iberoamericana.529>
- Martello, PA.** 2020. Rentabilidade de bancos brasileiros sobre em 2019 e lucro bate recorde, mostra BC. *Economia G1*. 4 de junho. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/04/rentabilidade-de-bancos-brasileiros-sobre-em-2019-e-lucro-bate-recorde-mostra-bc.ghtml>. Acessado em: 23 de outubro de 2022.
- Mattoso, CLQ.** 2005. *Me Empresta seu Nome? Um Estudo Sobre os Consumidores Pobres e seus Problemas Financeiros*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Motta, E.** 2014. Houses and economy in the favela. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 11(1): 118–158. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1809-43412014000100005>
- Millar, K.** 2014. “The Precarious Present: Wageless Labor and Disrupted Life in Rio de Janeiro, Brazil.” *Cultural Anthropology*, 29(1): 32–53. DOI: <https://doi.org/10.14506/ca29.1.04>
- Müller, L.** 2014. Negotiating debts and gifts. *Vibrant–Virtual Brazilian Anthropology*, 11(14): 191–221. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1809-43412014000100007>
- Müller, LH.** 2017. Bancos na favela. Relações entre agências bancárias e moradores de uma região urbana alvo de políticas de ‘pacificação’. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 29(1): 89–107. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.118415>
- Nakane, MI e Rocha, BP.** 2012. *Policy Innovations to Improve Access to Financial Services: The Case of Brazil*. Washington, D.C. Disponível em: http://www.cgdev.org/doc/LRS_case_studies/Nakane_PaulaRocha_Brazil_r1.pdf. Acessado em: 28 de abril de 2019.
- PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar.** II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN). São Paulo, SP. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acessado em: 8 de novembro 2022.
- PLANO CDE AND BF ASSOCIATES.** 2012. *Financial Management Among Brazil's Low Income Classes: Comprehensive, Diversified, Engaged*. Disponível em: <http://inclusaofinanceirabrasil.files.wordpress.com/2012/09/bfa-plano-cde-focus-notefinancial-management-among-brazils-cde-classes-in-brazil.pdf>. Acessado em: 28 de abril de 2019.
- Rolnik, R, Pereira, AL dos S, Moreira, FA, Royer, L de O, Iacovini, RFG, Nisida, VC, Raquel, R, Alvaro Luis dos Santos, P, Fernanda Accioly, M, Luciana de Oliveira, R, Rodrigo Faria Gonçalves, I e Vitor Coelho, N.** 2015. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cadernos Metrôpole*, 17(33): 127–154. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3306>
- Salata, AR e Riberio, MG.** 2022. *Boletim Desigualdade nas Metrôpoles*. No. 9. Porto Alegre, Brazil. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br>. Acessado em 20 de outubro, 2022.
- Santos, J.** 2011. Alagados: Um Palco de Estratégias na periferia. Em: Serpa, A. *Cidade Popular: trama de relações sócio-espaciais*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia.
- SESAB – Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.** 2020. *Informe Epidemiológico das Arboviroses Urbanas, Semana Epidemiológica*, 06, Bahia.
- Scheper-Hughes, N.** 1992. *Death Without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil*. Berkeley, CA: University of California Press. DOI: <https://doi.org/10.1525/9780520911567>

Schuster, C. 2015. *Social Collateral: Women and Microfinance in Paraguay's Smuggling Economy*. Oakland: University of California Press. DOI: <https://doi.org/10.1525/9780520962200>

Stack, C. 1975. *All Our Kin: Strategies for Survival in a Black Community*. New York: Harper & Row.

Taylor, EB. 2013. *Materializing poverty: how the poor transform their lives*. Rowman & Littlefield Publishers.

Wilks, A. 2018. *The Moral Power of Money. Morality and Economy in the life of the poor*. Stanford, California: Stanford University Press.

TO CITE THIS ARTICLE:

Kolling, M. 2022. Entre Cuidado e Exploração. Quando a Dívida Entra nas Relações de Família e Vizinhaça num Bairro Periférico. *Iberoamericana – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 52(1): 95–105. DOI: <https://doi.org/10.16993/iberoamericana.560>

Submitted: 24 October 2022 **Accepted:** 11 November 2022 **Published:** 12 December 2022

COPYRIGHT:

© 2022 The Author(s). This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (CC-BY 4.0), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original author and source are credited. See <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>.

Iberoamericana – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies is a peer-reviewed open access journal published by Stockholm University Press.

